

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 09 de junho de 2023 às 07h58
Seleção de Notícias

R7 | BR

Marco regulatório | INPI

Gusttavo Lima registra título 'Embaixador' e gera polêmica	3
NOTÍCIAS	

08 de junho de 2023 | Marco regulatório | INPI

Prorrogação de patentes de remédios pode gerar custo de R\$ 1,1 bilhão ao SUS	4
BRASÍLIA BRASÍLIA EM BRASÍLIA DO R7 HELLEN LEITE	

BOL - Notícias | BR

08 de junho de 2023 | Marco regulatório | INPI

Quem detém os direitos da Marcha para Jesus e por que outras igrejas usam	6
--	----------

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

MIGALHAS nº 5.618	8
AMANHECIDAS	

Gusttavo Lima registra título 'Embaixador' e gera polêmica

NOTÍCIAS

Em meio a polêmicas, o cantor negou que o título não possa ser usado pela Festa do Peão de Barretos

porque ele e nem a organização chegaram a um acordo sobre o cachê.

Para ver este vídeo, ative o JavaScript e considere atualizar para um navegador da Web que

suporta vídeo HTML5

Após ficar conhecido como 'Embaixador' por conta da Festa do Peão de Barretos, Gusttavo Lima teria registrado o título em seu nome. Em meio a polêmicas, o cantor negou que o título não possa ser usado pela festa. Gusttavo não vai se apresentar esse ano na festa

"O registro feito ao **INPI** do termo Embaixador no ano de 2018 teve caráter comercial e promocional e não o objetivo de inviabilizar a continuidade do seu uso pelos organizadores da Festa do Peão de Barretos... Desde a realização do registro, a associação continua tendo o direito de uso do termo "Embaixador" ou "O Embaixador" sem nenhuma ingerência do artista Gusttavo Lima e balada eventos", esclareceu nota.

Prorrogação de patentes de remédios pode gerar custo de R\$ 1,1 bilhão ao SUS

BRASÍLIA

A guerra judicial envolvendo farmacêuticas estrangeiras que pedem a extensão do prazo de exclusividade de venda de medicamentos pode e impactar o orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) em até R\$ 1,1 bilhão, segundo estudo conduzido pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De acordo com o levantamento, a prorrogação das patentes dos medicamentos também representa um custo de até R\$ 7,6 bilhões para o consumidor brasileiro.

Em dezembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o parágrafo único do artigo 40 da Lei de **Propriedade** Intelectual, que autorizava a prorrogação da vigência das **patentes** para além dos 20 anos, contando a partir do momento em que a **patente** é liberada no Brasil. Com isso, ficou estabelecido que as **patentes** no Brasil não podem exceder duas décadas de duração.

Compartilhe esta notícia no Compartilhe esta notícia no Telegram

No entanto, mesmo após o julgamento, dezenas de multinacionais farmacêuticas têm recorrido à Justiça com ações alegando que foram prejudicadas pela demora do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**) em analisar os pedidos de patentes. Ao todo, são 47 ações judiciais na primeira e segunda instâncias que tentam prorrogar esse prazo, seis deles foram analisados e considerados improcedentes.

Para a economista Julia Paranhos, que coordenou o estudo, a extensão da validade das patentes pode travar a entrada de concorrentes no mercado.Â

As patentes, vigentes no prazo regular conforme o que preconizam a legislação brasileira, o acordo internacional de patentes (TRIPS) e a decisão do STF, permitem a ampliação da concorrência e a redução de preços no mercado. Hoje temos um déficit de quase seis bilhões de dólares só em medicamentos e farmoquímicos. Os laboratórios estrangeiros reduzem cada vez mais a produção no Brasil, os medicamentos novos já chegam prontos e isso causa um impacto enorme.

Julia Paranhos, doutora em economia e coordenadora do estudo sobre patentes de medicamentos

"As ações judiciais geram um custo potencial para o SUS e para o consumidor bem maior do que seria com o extinto parágrafo único do artigo 40 da Lei de **Propriedade** Intelectual", completa. A vigência da **patente**, prevista em 20 anos pela Lei de **Propriedade** Intelectual (LPI), somada ao prazo adicional solicitado na Justiça, resultaria em um tempo de exclusividade superior a 32 anos.

O cálculo do impacto para o consumidor e para o sistema público de saúde levou em consideração preços praticados na Índia, onde já existe concorrência com medicamentos genéricos para produtos em discussão no Brasil.

No total, 10 dos 16 princípios ativos genéricos pesquisados na Índia tiveram reduções no preço maiores do que 80%. É o caso dos medicamentos feitos a partir do princípio ativo bilastina, utilizado no tratamento de alergias e urticária.

Continuação:

Prorrogação de patentes de remédios pode gerar custo de R\$ 1,1 bilhão ao SUS

Na Índia, a versão genérica da bilastina é vendida por preço 99,68% menor do que no Brasil. O mesmo acontece com o princípio ativo macitentan, usado no tratamento de longo prazo de hipertensão arterial pulmonar (HAP), com redução de 96,63% no preço.

Para Reginaldo Arcuri, presidente da FarmaBrasil, associação representante das companhias farmacêuticas nacionais, o assunto precisa ser pacificado na Justiça, para viabilizar a concorrência e o desenvolvimento tecnológico da indústria de medicamentos.

Defendemos o sistema de patentes e fortalecimento do **INPI**, porque nossas empresas têm investido significativamente em inovação e, com isso, gerando cada vez mais patentes no Brasil. Mas somos ter-

minantemente contra o uso abusivo do sistema de patentes que distorce a concorrência local, prejudica a inovação e retarda o desenvolvimento de medicamentos para a população, tanto no mercado público quanto no privado.

Reginaldo Arcuri, presidente da FarmaBrasil

No Congresso Nacional está em tramitação o Projeto de Lei 2/23, que considera infração da ordem econômica o abuso do direito de petição ou ação judicial com a finalidade de causar dano econômico em empresas rivais. A proposta, já aprovada no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados, busca impedir a prática anticoncorrencial.

Quem detém os direitos da Marcha para Jesus e por que outras igrejas usam

Comente Comente

Importada de Londres, a Marcha para Jesus foi trazida nos anos 1990 pela igreja Renascer em Cristo, do apóstolo Estevam Hernandes e da bispa Sônia Hernandes. Atualmente, o evento se espalhou por diferentes estados do Brasil -- e acontece nesta quinta-feira em São Paulo.

O que aconteceu

Apesar de a Renascer ser dona da marca no país, outras denominações evangélicas realizam o evento pelo Brasil. No Rio de Janeiro, por exemplo, o responsável pela Marcha para Jesus é o Comerj (Conselho de Ministros Evangélicos do Rio de Janeiro).

Relacionadas SP: Sem Bolsonaro e Michelle, Marcha para Jesus será palanque para Tarcísio Tarcísio declara Marcha para Jesus patrimônio cultural imaterial de SP Moro defende Deltan em Marcha para Jesus e pede orações 'para ter justiça'

Isso se dá, segundo pesquisadores, devido aos "arranjos" e "alianças" locais. Em determinadas cidades, algumas lideranças evangélicas são mais fortes do que as outras.

A própria Renascer afirma que permite o uso de outras igrejas evangélicas. "Somos detentores da marca, mas apenas para protegê-la, por isso não impedimos que outras igrejas a usem", disse o apóstolo Estevam Hernandes ao **UOL**.

Uma pessoa pode se autointitular apóstolo ou receber uma "unção" de outro apóstolo.

Disputa por produtos comercializados

A Renascer não faz um "policiamento" sobre quem organiza o evento, mas já houve disputa pela marca

em relação a produtos comercializados, afirma Raquel Sant'Anna, antropóloga pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e autora de uma tese sobre a Marcha para Jesus.

O processo envolveu a Renascer e a Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, do pastor Silas Malafaia. Apesar da disputa ter ocorrido no **INPI** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), a relação entre as lideranças não foi abalada, segundo a pesquisadora.

A reportagem entrou em contato com as assessorias do pastor Claudio Duarte, presidente da Comerj, e do pastor Malafaia, mas não houve retorno.

Não existe disputa de patente para comercializar produtos porque não fazemos isso. Além disso, a Marcha foi declarada como lei do Estado de São Paulo, ou seja, patrimônio cultural imaterial. Na verdade, nunca houve processo judicial, apenas um procedimento interno no **INPI**. **Apóstolo Estevam Hernandes**

Apesar de o dono da Renascer negar que houve um processo judicial, o procedimento no **INPI** envolveu grupos de advogados, que trabalharam como procuradores na defesa de cada igreja.

A produção desse evento acaba tendo relação com o arranjo das lideranças locais, e isso reflete como funciona o campo que chamamos de evangélicos em geral. É um campo em que não há uma legitimidade central, não tem alguém para falar em nome de todos, nem uma associação que eleja um representante dos evangélicos." **Raquel Sant'Anna**, antropóloga

A história da Marcha para Jesus

O evento foi criado em Londres, no Reino Unido, em 1987. Não levou muito tempo para que a Marcha migrasse para outros países --no Brasil chegou em

Continuação: Quem detém os direitos da Marcha para Jesus e por que outras igrejas usam

1993.

Em São Paulo, ocorreram algumas edições na Avenida Paulista e outras no Vale do Anhangabaú. Hoje, acontece a 31ª da Marcha na capital -- a saída é a partir das 10h próximo da estação Luz do Metrô.

As igrejas pentecostais são as que mais marcam presença no evento -- além da Renascer, as Assembleias de Deus e a Universal, por exemplo.

As consideradas "históricas", como Batista, Presbiteriana e Metodista, ficam mais distantes da Marcha.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi o primeiro chefe do Executivo a participar do evento. Ele esteve em 2019 e no ano passado -- nas duas ocasiões discursou e foi elogiado por boa parte do público.

O que dizem os especialistas

Para pesquisadores, o evento tem se tornado cada vez mais político e se aproximado da direita conservadora no Brasil.

É uma forma de os evangélicos demonstrarem também que são numericamente importantes. E ganhou um tom político ainda mais forte nos últimos anos."

Guilherme Galvão, pesquisador da FGV

A Marcha tem esse caráter de acompanhar a história do evangélico no Brasil. Em 2002, quando lideranças apoiavam o governo do PT, e depois de 2019, com Bolsonaro participando como o primeiro presidente do evento." **Raquel** Sant'Anna, antropóloga

MIGALHAS nº 5.618

AMANHECIDAS

Quarta-Feira, 7 de junho de 2023 - Migalhas nº 5.618.

Fechamento às 09h51.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

VDIAS Advocacia

()

"O silêncio é sábio, é uma das mais altas formas da sabedoria."

Monteiro Lobato

Direito ao silêncio

Ministro Schietti relatou caso interessante ontem na 6ª turma, que trata do direito ao silêncio. O processo específico era de um homem, jovem e pardo, que foi abordado pela polícia, quando então teria confessado informalmente que traficava. A confissão, no entanto, não se confirmou, nem em sede policial, nem em juízo. Absolvido em 1º grau por falta de provas, foi condenado no TJ/SP, que considerou o uso do "direito ao silêncio" um estratagema para se livrar da condenação. Em duro voto, o ministro cita raciocínio probatório enviesado, que usou como ponto de partida o silêncio do réu; injustificada sobrevalorização do testemunho de policiais; e múltiplas injustiças epistêmicas contra o réu. Ao final, absolveu o cidadão, no que foi acompanhado pelos pares, por unanimidade. Confira o paradigmático caso. ()

Direito ao silêncio - II

Acerca do julgamento narrado acima, ministro Rogério Schietti Cruz concluiu dizendo que, tal como o tema do reconhecimento de pessoas pediu reflexão

acerca dos erros que o Judiciário cometeu no passado, o tema do silêncio também requer "atenta autocrítica". ()

Direito ao silêncio - III

Vale lembrar caso julgado na semana passada pela 2ª turma do STF, também envolvendo acusação de tráfico, no qual ministro Gilmar Mendes destacou a ilicitude de confissão obtida em abordagem, sem advertência sobre direito ao silêncio: "inteiramente imprestável para fins de condenação" ().

Repetitivo

Sob o rito dos repetitivos, a 1ª seção do STJ decidirá a "aplicabilidade das alterações promovidas pela lei 14.195/21, no art. 8º da lei 12.514/11, às execuções fiscais propostas por conselhos profissionais, antes de sua entrada em vigor". ()

Letalidade policial

Ministro Fachin manteve determinação de instalação de câmeras nas fardas e equipamentos de geolocalização de policiais do Rio de Janeiro, além de gravação em áudio e vídeo em viaturas policiais do Estado, mesmo para equipes da polícia especializada como Bope e Core. ()

Racismo em estádio

Alerj aprova projeto de lei "Vini Jr" para combater o racismo nos estádios do Rio de Janeiro. ()

Denúncia rejeitada

A 1ª turma do STF, por unanimidade, rejeitou denúncia contra Arthur Lira por corrupção passiva, com base em delações de Alberto Youssef. O colegiado seguiu parecer da PGR pela rejeição por ausência de justa causa para o recebimento da ação

penal. Esta é a quarta denúncia rejeitada contra o presidente da Câmara. ()

Questão de ordem

No julgamento da nota anterior, o ministro André Mendonça levantou questão de ordem. Como o relator original era o ministro Marco Aurélio, seu antecessor, André Mendonça disse que deveria analisar o caso novamente, pois a PGR alterou o posicionamento e a defesa alegou fatos supervenientes. A questão foi acatada por unanimidade, sendo o voto condutor de S. Exa.. ()

Fishing expedition

Ao considerar "autêntico caso de fishing expedition", ministro Saldanha Palheiro, da 6ª turma do STJ, votou por encerrar investigação que já dura três anos contra uma juíza de vara empresarial do RJ. O relator destacou não haver qualquer objeto definido a ser perquirido, em situação de constrangimento permanente. Julgamento foi pausado por pedido de vista do ministro Sebastião Reis Jr. ()

Fishing expedition - II

Em que consiste a "pescaria probatória" e qual a sua origem? Relembre. ()

Delação - Improbidade

TJ/SP manteve a absolvição de ex-secretário municipal acusado com fundamento exclusivo na colaboração premiada da Odebrecht. Para o colegiado, sem prova autônoma de corroboração da delação, não se pode condenar por ato de improbidade administrativa. ()

Apreensão ilegal

Reconsiderando decisão anterior, a 2ª turma do STF acolheu embargos de declaração e invalidou apreensão de 695 quilos de cocaína em um galpão no Porto

de Itaguaí/RJ sem mandado de busca e apreensão. Ministros aplicaram ao caso mesmo entendimento fixado no processo de um corrêu, notadamente quanto à ilicitude da prova obtida ante a apreensão das drogas, bem como às demais provas dela derivadas. ()

Novo Apoiador

De Lagarto/SE, VDIAS Advocacia é um escritório especializado em benefícios previdenciários, seguro DPVAT e ações indenizatórias decorrentes de negativação indevida ou contra bancos por descontos indevidos no benefício previdenciário. Tem por propósito garantir que todos os clientes tenham acesso aos seus direitos de forma justa e ágil, por meio de uma advocacia humanizada e acolhedora. e conheça o novo Apoiador do Migalhas.

Bests ou não bests?

Vídeos de duas mulheres se chamando de "bests" no TikTok não comprovam amizade íntima entre autora e testemunha. Decisão é da juíza do Trabalho Monica Harumi Ueda, da vara do Trabalho de Colorado do Oeste/RO, ao entender que as imagens não comprovaram a caracterização de suspeição estabelecida em lei. ()

Licença-paternidade

Servidor público e pai de gêmeos terá direito a 180 dias de licença, o mesmo período previsto para as mães. Decisão é da 3ª turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de SC, ao considerar que dois recém-nascidos demandam cuidados infantis maiores. ()

Beijinho no ombro?

Em BH, empresa deverá indenizar por danos morais motorista apelidado de "Valesca Popozuda" em alusão à cantora. De acordo com os autos, trabalhador chegou a pedir providências diante da situação vexatória. Porém, segundo o profissional, nenhuma

medida foi tomada. ()

Execução contra sócia

Se ainda não instaurado incidente de desconsideração da personalidade jurídica, é indevido bloqueio de conta de sócia em execução trabalhista. Assim decidiu o juiz do Trabalho Alexandre Erico Alves da Silva, da 7ª vara de Natal/RN, ao prover execução de pré-executividade e determinar o desbloqueio. ()

Semanário migalheiro

Confira as matérias mais lidas desta semana em Migalhas:

STF: Gradiente sai na frente em disputa contra Apple por marca Iphone. () STF analisa se há repercussão geral em caso de honorários equitativos. () TJ/SP: Devedor chamado de "caloteiro sem vergonha" será indenizado. () STJ anula intimação de devedor feita a advogado sem poderes especiais. () Marco temporal de terras indígenas: o que está em debate no STF? () **INPI:** Osklen consegue primeiro registro de marca de posição. ()

Colunas

Porandubas políticas

Uma análise do processo de construção de conteúdos, por Gaudêncio Torquato. ()

Migalhas Edilícias

A penhora de imóveis objetos de alienação fiduciária para a satisfação de débitos condominiais tem sido alvo de decisões divergentes nos tribunais brasileiros. Veja as considerações de Kelly Durazzo, Caroline de Andrade e Rebeca Leal sobre o tema. ()

Migalhas Notariais e Registrais

Karin Regina Rick Rosa trata de repercussões da LGPD nos cartórios. ()

Meio de Campo

Na coluna de hoje, os advogados Rodrigo R. Monteiro de Castro e Renato Jabur discorrem sobre o interesse do governo Federal no desenvolvimento de projetos incentivados de infraestrutura que envolvam equipamentos esportivos. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Migalhas de peso

- "A gestante e o TAF: Tudo que você precisa saber sobre o tema", por Lindson Rafael Silva (Vieira Advocacia). ()

- "Como saber se estou endividado ou superendividado: entenda agora", por Valdecir Rabelo Filho (VR Advogados). ()

- "Pauta ambiental é importante para a humanidade", por Caio Montano Brutton (Fragata e Antunes Advogados). ()

- "De volta ao passado. Bacteriófagos e o desafio das infecções bacterianas resistentes aos antibióticos", por Roberto Rodrigues e Denise Golgher (Licks Atorneys). ()

- "Planejamento tributário e sua importância para os negócios", por Juliana Assolari (Lassori - Assolari e Ortolan Advogados). ()

- "Apostas esportivas: Como a tecnologia e a regulamentação podem vencer esse jogo", por Bruno Henrique Cordeiro de Souza e Vinicius Muynarski Gonçalves (Opice Blum, Bruno e Vainzof Advogados Associados). ()

- "STF valida dispensa sem justa causa e afasta aplicação da Convenção 158 da OIT no Brasil", por Paula Corina Santone (Rayes & Fagundes Advogados Associados). ()

- "Prévia tentativa de resolução administrativa das questões consumeristas e o IRDR mineiro", por Flávia Gomes e Fabio Ferreira Junior (SiqueiraCastro). ()

- "Cumprimento da sentença é extinto pela ausência de procuração atualizada", por Bruna Franco (Mascarenhas Barbosa Advogados). ()

- "STF julgou a constitucionalidade da suspensão da Convenção 158 da OIT", por Ana Lúcia Pinke Ribeiro de Paiva, Marcos Rafael Faber Galante Carneiro e Letícia Estevão de Matos (Araújo e Policastro Advogados). ()

- "Seguro para transporte de carga aéreo é obrigatório e garante segurança financeira às transportadoras e seus clientes", por Lucimer Coelho de Freitas (Jacó Coelho Advogados). ()

- "Breve história da formação territorial, propriedade privada e registro público do Brasil", por Mauro Antônio Rocha (AD NOTARE - Academia Nacional de Direito Notarial e Registral). ()

- "Sobre a indicação de Zanin para o STF", por João Carlos Rizolli (SASP - Sindicato das Advogadas e Advogados do Estado de São Paulo). ()

- "A igreja e a propagação dos direitos humanos", por Gilberto Garcia (IAB - Instituto dos Advogados Brasileiros). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Oportunidade

Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados está com processo seletivo aberto para contratação de estagiários de Direito. Com o apoio do Comitê Manesco Mulher e do Comitê de Igualdade Racial, a banca busca preencher as vagas de forma diversa. O prazo para inscrição é até 11/6. ()

Crescimento

Daudt, Castro e Gallotti Olinto Advogados amplia sua atuação com a chegada de novas advogadas ao escritório de SP: Emilyn Souza, Luana Nunes e Bianca Calles. ()

Baú migalheiro

Há 529 anos, em 7 de junho de 1494, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Tordesilhas. O acordo internacional tinha como propósito dividir as terras "descobertas e por descobrir" entre ambas as Coroas. O tratado surgiu na sequência da contestação portuguesa às pretensões da Coroa de Castela (Espanha), resultantes da viagem de Cristóvão Colombo. (Compartilhe)

Sorteio

Participe do sorteio da obra "LGPD para Cartórios" (Editora Lux - 88pg.), de Estéfani Moreno e Wagner Donato Rocco. ()

Novidades

Dia 14/6, acontece o primeiro lançamento do livro "Direito Processual da Propriedade Intelectual", no Centro Cultural Justiça Federal, no RJ, às 18h. O livro é coordenado por Pedro Marcos Nunes Barbosa, sócio do escritório Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, e Georges Abboud, sócio do escritório Warde Advogados e professor da PUC-SP. () Fabio Brun Goldschmidt, sócio-fundador do escritório Andrade Maia Advogados, e Leonardo Aguirra de An-

drade, também sócio da banca, acabam de lançar o livro "Por um princípio da cooperação no Direito Tributário: contribuições para o acolhimento de um novo princípio fiscal", que propõe um novo princípio no Direito Tributário brasileiro. () Medina Guimarães Advogados lançou em maio sua primeira obra coletiva "Prática Jurídica Cível: Estudos avançados sobre grandes temas do direito contemporâneo". Fruto do trabalho de treze advogados da banca, o livro é organizado por Nida Saleh Hatoum e Mariana Barsaglia Pimentel. () Denise Mendes, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público e Privado (IBDPP) e sócia do escritório Pinheiro & Mendes Advogados, junto com os advogados Giussepp Mendes e Jeferson Bacelar, iniciaram a articulação para a publicação de uma nova obra sobre "Direito Público". A previsão é que o lançamento seja no segundo semestre de 2023, pela editora Fórum. Na obra "Sentença, coisa julgada e ação rescisória", da Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, o autor José Miguel Garcia Medina condensa e aprofunda suas principais reflexões relacionadas à formação da sentença, as circunstâncias que devem estar presentes para que se considere ter havido coisa julgada e as formas de sua rescisão. Confira! ()

Migalhíssimas

Hoje, Ana Tereza Basilio, sócia do escritório Basilio Advogados e vice-presidente da OAB/RJ, participa, pelo canal YouTube [mentoriaoabrj](#), do "Treinamento Permanente em Direito Previdenciário" com o tema "Pensão por morte no RPPS e RGPS". Dia 12/6, às 9h, junto com o presidente da seccional, Luciano Bandeira, Ana Tereza participa da abertura do "I Congresso Estadual de Direito Canábico", que acontece na sede da OAB/RJ dias 12 e 13/6. Dia 12/6, das 17 às 21h, acontece o curso "Gestão e Direito de Resíduos Sólidos", realizado pela Trevisan - Escola de Negócios. O curso é coordenado por Fabricio Soler (Felsberg Advogados). Rodrigo Bertocelli, também do escritório, participa como docente. () Trench Rossi Watanabe realiza, dia 13/6, a partir das 8h30, o

evento "As Novas Perspectivas do Processo Administrativo de Responsabilização", que contará com um debate sobre o que se espera das empresas nos acordos de leniência e processos administrativos de responsabilização com a nova gestão da CGU. Outro tema abordado será a expectativa da CGU em relação aos programas de integridade das empresas privadas e os impactos em relação à premiação "Empresa Pró-Ética". O evento terá mediação de Heloisa Uelze e Felipe Ferenzini, sócios do escritório. () IASP realiza, dia 13/6, às 9h, o "1º Congresso de Direito Penal Ambiental". O evento conta com a exposição de renomados especialistas do setor que abordarão as questões atuais e perspectivas em torno do tema. Pedro Guilherme G. de Souza (SABZ Advogados) participa do painel "Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e Seguros". () Sócio do escritório Medina Guimarães Advogados, José Miguel Garcia Medina será um dos explanadores do "I Congresso Sistema Brasileiro de Precedentes: em homenagem ao ministro Paulo de Tarso Sanseverino", no painel "A relevância da questão federal e o novo recurso especial", que acontece dia 15/6, às 15h. O congresso acontece de 14 a 16/6, no auditório externo do STJ. () Machado Meyer Advogados promove, dia 15/6, a partir das 9h30, o evento "Parentalidade LGBTQIAP+", que trará uma roda de conversa sobre questões como o processo de adoção e as diferentes composições familiares no âmbito da comunidade. Na oportunidade, os sócios Fernando Xavier e Ariana Anfe recebem a convidada Márcia Rocha, fundadora da TransEmpregos e primeira advogada transgênero a receber a carteira da OAB com seu nome social. O evento tem inscrições limitadas e acontece na sede do escritório, em SP. () Renato Dolabella e Lívia Costa, sócios do escritório Dolabella Costa Campos Advocacia e Consultoria, foram novamente convidados para atuar no curso de pós-graduação em "Direito Internacional" do Centro de Estudos em Direito e Negócios - CEDIN. Os professores vão ministrar a cadeira de "**Propriedade** Intelectual e Direito da Internet". Início previsto em 11/8. Inscrições e informações, Thaís Marçal, sócia de Motta Fernandes Advogados, integra a coor-

denação e o corpo docente do curso para aperfeiçoamento de magistrados do TJ/RJ sobre "Desafios da Nova Lei de Improbidade". A programação acontece de 14/8 a 19/9. () Otavio Goetten (Battaglia & Pedrosa Advogados) é o mais novo membro da ABRADA (Academia Brasileira de Direito do Agronegócio). () Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados figura como um dos escritórios mais admirados da grande São Paulo no ranking "Análise Advocacia Regional", da "Análise Editorial".

Direito Penal Ambiental

IASP sediará, dia 13/6, a partir das 9h30, o "1º Congresso de Direito Penal Ambiental". ()

Conferência

Dia 16/6, das 8h30 às 18h, em Presidente Prudente, a OAB/SP promove sua "7ª Conferência Regional da Advocacia de 2023". ()

Direito Processual Civil

AASP promove, entre os dias 19 e 22/6, o curso híbrido "Temas polêmicos da execução civil". Concorra a uma vaga-cortesia online! ()

Ritsuko Tomioka

AATSP - Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo promove uma noite de homenagens e entrega do prêmio "Ritsuko Tomioka". O evento será realizado no dia 28/6, das 18 às 22h, em SP. ()

Pós-graduação latu sensu

Conheça os cursos de pós-graduação da FGV Direito SP (FGV LAW). ()

Direito Eleitoral

PUC-SP promove o curso de especialização "Direito

Eleitoral". ()

Gestão financeira

O seu departamento financeiro é estratégico? A Radar - Gestão para Advogados possui especialistas experientes em gestão financeira de escritórios jurídicos. ()

Ciclo de palestras

Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo participou, no último sábado, do "Ciclo de palestras sobre profissões" realizado pelo SESI São Bernardo.

Viva

Sorteio de obra : A obra "Direito Digital em Juízo - Moderação de Conteúdo Online", da Editoras Forense, Método e Atlas, de autoria de Maria Gabriela Grings, vai para Camila Carvalho Gomes, de Sobral/CE. ()

Bom feriado!

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Oliveira dos Brejinhos

CE/Pacatuba

MG/Conselheiro Pena

PA/Icoaraci

"Refinaria da Galp em Sines aumentou emissões e lidera lista de poluidores"

SC/Canoinhas

Die Welt - Alemanha

SP/Santo Antônio do Pinhal

"Scholz: Damm-Sprengung ist Aggression Russlands"

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

The Guardian - Inglaterra

Migalhas Clipping

"'Environmental disaster': floods hit Ukraine as dam is destroyed"

The New York Times - EUA

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Destroyed Dam Thrusts Ukraine Into New Crisis"

"Câmara evita temas sensíveis na largada da reforma tributária"

The Washington Post - EUA

"Crucial Ukrainian dam badly damaged"

Folha de S.Paulo - São Paulo

Le Monde - França

"SUS tem fila de mais de 1 milhão de cirurgias eletivas"

"L'appel de RTE à une 'électrification accélérée'"

O Globo - Rio de Janeiro

Corriere Della Sera - Itália

"Estados querem R\$ 100 bilhões para recompor perdas na reforma tributária"

"Scontro sul Pnrr Fiducia al governo, il sì della Camera"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

Le Figaro - França

"Começa a limpeza dos profetas de congonhas"

"Sabotage sur le Dniepr, escalade dans la guerre"

Correio Braziliense - Brasília

Clarín - Argentina

"Brasília reforça articulação para evitar perdas do FCDF"

"Ofensiva de Macri contra Larreta por la propuesta de incorporar a Schiaretti"

Zero Hora - Porto Alegre

El País - Espanha

"Reforma tributária prevê dois impostos e devolução para famílias carentes"

"Kiev acusa a Rússia de destruir uma presa para frear su avance"

O Povo - Ceará

Público - Portugal

Continuação: MIGALHAS nº 5.618

"44,3% dos cearenses têm potencial para entrar no
Desenrola"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Em Pernambuco, Lula faz novo gesto à indústria au-
tomobilística"

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 4, 6, 8

Propriedade Intelectual
4, 8

Patentes
4